

AS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA DO INÍCIO DE SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF

Por Samuel Costa Filho*

Resumo: o artigo aborda o significado das medidas econômicas do início do segundo Governo Dilma. Nesse sentido, inicia apresentando a lógica e o princípio que respalda ação do Estado na atual etapa de globalização financeira; em seguida trata da dinâmica predominante na economia brasileira desde a implementação do Plano Real. As medidas de política econômica são temas do ponto seguinte e, por fim, ocorre a apresentação de conclusões.

Palavras-Chave: Estado. Economia Brasileira. Governo Dilma.

Abstract: the paper discusses the significance of the economic measures of the early second Dilma administration. In this sense, it begins presenting the principle and logic in which supports State action in the current financial globalization step. Then it discusses the prevailing dynamics in Brazilian economics since the implementation of the Real Plan. The economic policy measures are the themes of the next point and, for the closing, it presents the conclusions.

Keywords: State. Brazilian Economy. Dilma Administration.

1 Introdução

O início do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff faz lembrar-se do período anterior ao Plano Real, quando as medidas de política econômica eram apresentadas pela grande mídia como verdadeiros “pacotes” econômicos. A edição e divulgação das recentes medidas foram novamente divulgadas como semelhante aos antigos pacotes, ou seja, medidas de política econômica que surpreendem e oneram toda a sociedade.

É constante, a campanha de que a presidenta Dilma teria descumprido as promessas de campanha eleitoral, já que anteriormente afirmava estar a economia brasileira no caminho correto, por ser o modelo de desenvolvimento com inclusão social implementado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), virtuoso e sustentável, em longo prazo.

O modelo do governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) era apresentado com sendo bastante diferente do anteriormente executado e que havia colocado a economia brasileira em um nível mais elevado de subordinação ao capital internacional.

O ex-presidente Lula, ao ter pago a dívida com o

Fundo o Monetário Internacional (FMI), conseguira graus de liberdade para executar uma política de desenvolvimento nacional. Entretanto, segundo a “grande” mídia, as medidas de austeridade fiscal elaboradas pelo agora todo “poderoso” ministro da Fazenda Joaquim Levy, embora corretas, representam um verdadeiro balde de água fria nos que votaram na chapa vencedora, acreditando na continuidade do modelo de crescimento, com distribuição de renda e melhorias sociais.

O objetivo do presente artigo é averiguar em que grau essas medidas representam a confirmação dos erros do modelo PT e em que magnitude significa o abandono do modelo desenvolvimentista, uma verdadeira mudança de rota do Governo Dilma, em direção à linha de política econômica cientificamente correta como pregam os nossos liberais. Assim, objetiva-se entender as medidas econômicas, com uma linha de análise que procura respostas para as seguintes questões: qual o princípio que determina a lógica de atuação do Estado na atual fase de domínio do capitalismo financeiro? Como funciona o modelo econômico de crescimento da economia brasileira? Em seguida,

responde em que medidas de política econômica de início do Governo Dilma II representam uma mudança de rumo nesse modelo brasileiro.

Nesse sentido, o artigo, além dessa introdução, está estruturado em quatro pontos. No seguinte, aborda a respeito do princípio que rege as ações do Estado, em geral, e, do Estado Brasileiro, nesse início do século XXI. Em seguida, procura tratar da dinâmica da economia brasileira desde a implementação do Plano Real. As medidas de política econômica são analisadas no item seguinte. Então, apresenta as considerações finais.

2 O Estado e a Questão dos Princípios Fiscais

É usual, os livros de introdução à Economia difundirem a ideia de que reina “consenso” na Ciência Econômica. O principal consenso existente diz respeito à visão de que a economia capitalista funciona de maneira ótima e eficiente, tendo o Estado papel marginal de apenas corrigir determinadas falhas de mercado.

Acontece que essa não é a realidade no estudo da Economia. Existem pelo menos três diferentes paradigmas que divergem em quase todos os aspectos e questões. No que diz respeito ao estudo do papel do Estado, quais são os seus objetivos, as suas funções e suas ações são motivos de relevantes controvérsias.

A visão predominante defende que o Estado não deve interferir na dinâmica natural do mercado e, no máximo, deve atuar corrigindo as falhas de mercado e, em uma realidade que premia o esforço e o mérito, a ação do Estado desestimula as iniciativas privadas e o indivíduo, ao impor pesados ônus tributários, impor leis e normas de regulações desnecessárias e absurdas etc. O Estado, como um ente externo à dinâmica da sociedade de mercado, embora necessário, mais atrapalha do que colabora para manutenção e performance do sistema capitalista.

Apresentando outra abordagem, a corrente keynesiana defende que o Estado é uma instituição complementar à economia de mercado na busca de eficiência macroeconômica e social. Esses cientistas, muito embora reconheçam as virtudes da economia capitalista, constataam a existência de problemas econômicos (desemprego, recessão, inflação etc.) e sociais (má distribuição de renda, necessidade de saúde e educação pública, questões de defesa do meio ambiente etc.), que são característicos dessa realidade, necessitando,

portanto, da atuação de um agente externo (o Estado) para solucioná-los e, dessa forma, possibilitar que o capitalismo possa manter a sua dinâmica virtuosa de crescimento e progresso para a humanidade.

Divergindo das visões anteriores, a corrente marxista mostra como o Estado capitalista burguês existe para preservar e legitimar o sistema capitalista (defesa da propriedade, manter normas e leis, força militar para manutenção da ordem e do status quo etc.). O Estado é um estado de classe, é a classe que mantém uma supremacia, é a classe burguesa. Dentre as várias abordagens marxistas, pode-se reter que o Estado atua na viabilização e manutenção do projeto da classe capitalista hegemônico de cada realidade específica, em particular, mantendo a dinâmica da exploração capitalista. Nesse sentido, não se trata de uma entidade externa ao sistema, nasceu com a gênese do capital, desenvolveu-se e prosperou lado a lado com a expansão capitalista, expandindo-se; e juntamente com a prosperidade do próprio capital.

Muito embora essas visões sejam divergentes, elas mostram que o Estado faz parte da realidade capitalista. Desse modo, o Estado tem atuado ao logo da história desse sistema. Por se tratar de uma instituição que presta determinados serviços à sociedade, necessita de recursos para operar e se manter; suas atividades são financiadas, principalmente, por recursos via tributação e os seus gastos aparecem como uma devolução a essa sociedade.

Entender a lógica e o princípio que determinam o funcionamento do Estado em cada contexto histórico tratam-se de uma questão de grande importância, se se quer entender a sua ação em cada realidade econômica. Nesse sentido, os princípios que regem a lógica de funcionamento do Estado incluem os princípios fiscais (que tratam do orçamento do Estado e compreendem receita e despesa); os princípios tributários (que justificam a arrecadação dos tributos, ou seja, o lado da receita pública); e os princípios da administração tributária (que tratam da administração eficiente e eficaz da arrecadação do sistema tributário) (PIRES, 1996).

Dentre esses princípios, os princípios fiscais são os que melhor representam os aspectos da intervenção do Estado; este o elemento que permite a adequada compreensão das medidas de política econômica de início no Governo Dilma II, servindo para compreender a lógica de funcionamento do Estado capitalista e do brasileiro em particular.

O domínio do pensamento ortodoxo nas Ciências Econômicas, com suas recomendações para que o Estado não interfira na dinâmica natural do mercado, respaldou o domínio do princípio da neutralidade na determinação da lógica de funcionamento dos Estados até pouco depois da depressão dos anos 1930. Segundo esse princípio, a arrecadação de impostos financia as atividades do Estado, que deve procurar não interferir no “natural” equilíbrio de mercado. A intervenção do setor público não deve modificar os preços relativos e nem prejudicar o bem-estar individual. Esse princípio defende que o mercado é regido por leis naturais de máxima eficiência, produzindo assim uma análise extremamente positiva do sistema capitalista e a política de ação do Estado que somente deve corrigir as imperfeições e as externalidades; o que significa que o Estado atua de forma bastante restrita, possuindo apenas a “função alocativa” (PIRES, 1996); significa que o princípio da neutralidade representa a defesa da economia de mercado e do status quo.

A crise mundial dos anos 1930 revelou a necessidade de mudança na atuação do Estado na economia capitalista. Aliado a esses fatos, ocorria um desenvolvimento teórico expandindo e ressaltando a questão da equidade. O domínio da vertente Keynesiana, ao ampliar a área de ação do Estado para ações distributiva e estabilizadora, abriu espaço para o surgimento do princípio do maior benefício social, como regra de ação e lógica de funcionamento desse “novo” Estado (OLIVEIRA, 2009). Esse princípio do maior benefício social foi determinante na ação do Estado capitalista nos Trinta Anos Gloriosos (1945 a 1970) e passou a recomendar e destacar a ação eficiente do Estado na promoção de elevados benefícios econômicos e sociais, na aplicação de medidas na busca do pleno emprego, manutenção do equilíbrio macroeconômico e melhorias por meio de políticas sociais.

A partir desse princípio, constata-se que o indivíduo não necessariamente é um agente que gasta melhor que o Estado. Nada justifica e comprova que o Estado deva gastar o mínimo possível. O Estado deve gastar com acerto. A questão da relação custo-benefício da tributação muda de foco e passa a tratar da análise da despesa do Estado com relação ao aumento do benefício geral que esse gasto proporciona a sociedade. Disso resulta um processo de aferição da ação pública em termos sociais que ressalta o

benefício decorrente da felicidade que cria e do sofrimento que evita ao atender a um maior número de indivíduos na sociedade.

A partir de então, passou a predominar a ideia de que o Estado é uma instituição complementar ao mercado, na busca de eficiência macroeconômica e para o progresso social. Acontece que uma ação de legitimação da ação desse Estado na sociedade ampliando e elevando sua participação da economia, em uma linha de arrecadação baseada em carga tributária progressiva, com o objetivo de despesas para aumentar os níveis de renda e de emprego, estabilizar a atividade econômica, e melhorar a distribuição de renda da sociedade.

Na crise dos anos 1970, com a estagflação, ocorreu o retorno de um liberalismo extremado e conservador que apresentou o Estado como o vilão de defeitos decorrentes do sistema capitalista. Os desequilíbrios fiscais e o processo inflacionário da época foram apontados como decorrentes da ineficiência da ação do Estado, que, portanto, devia ser reduzido à sua dimensão mínima. A partir de então, o Estado foi, novamente, reestruturado em favor das necessidades do capital, em uma nova etapa do capitalismo que estava iniciando.

Assiste-se ao início da hegemonia do princípio da competitividade, que vem respaldar a desmontagem e redução do Estado Keynesiano. Este princípio é o que rege a atual dinâmica e lógica de funcionamento do Estado, na etapa do capitalismo financeiro; defende uma política ultraliberal, com a velha visão de que o Estado não deve interferir na dinâmica natural do mercado. Por esse paradigma, o Estado deve atuar para que as empresas possam competir eficientemente em nível internacional e o objetivo do Estado passa a ser estimular a produtividade das empresas e elevar a competitividade da economia, diante do processo de globalização.

O domínio do princípio da competitividade e da eficiência implica que, no campo fiscal, as receitas e despesas desse “renovado” Estado passam a priorizar medidas reduzindo a progressividade da estrutura tributária, reduzindo ou eliminando os impostos incidentes sobre a produção, os lucros, as aplicações financeiras, as exportações e o investimento. Por outro lado, em virtude da impossibilidade de redução da carga tributária, os impostos são transferidos para os rendimentos dos trabalhadores, para a classe média, para os bens de consumo. Viabilizar a competitividade, a produtividade, a eficiência econômica das empresas

e da economia nacional passa a ser a norma que domina a estrutura da política fiscal.

Os novos parâmetros no tratamento da questão fiscal, da política fiscal, nos gastos públicos, na dívida e na questão do deficit público reivindicam e elaboram uma reforma na estrutura tributária, objetivando diminuir o ônus dos impostos incidentes sobre as diversas formas de capital (financeiro, industrial, agrícola etc.), com a intenção de evitar efeitos adversos na concorrência das empresas, tanto no mercado internacional como no mercado interno, além de procurar estimular e viabilizar a atração e o ingresso do fluxo internacional de capitais.

Não foi sem razão que teve início a campanha por reformas tributárias. A política de harmonização da estrutura tributária defendida pelos tributaristas da ortodoxia recomenda reforma da estrutura tributária no sentido de desonerar a produção, proteger os investimentos e extinguir os impostos cumulativos, que encarecem as exportações, e priorizar impostos com o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), reduzir o ônus sobre a folha de salário (com isenção para as empresas), eliminar contribuições sobre a folha de trabalho, contribuições previdenciárias objetivando extinguir direitos trabalhistas (OLIVEIRA, 2009).

As necessárias medidas de compensação tributária transferiram a base de incidência dos impostos para os itens de menor mobilidade territorial. O que implica aumentar o esforço tributário dos setores que já possuem um elevado ônus tributário (trabalhadores e classe média), elevar a tributação para os bens e serviços de consumo e sobre a renda pessoal (alíquotas profissionais). Trata-se de uma estrutura tributária que penaliza a sociedade, demonstra não existir mais a preocupação com a justiça e a equidade, menos ainda para medidas de políticas redistributivas, limitando os gastos sociais, para medidas focalizadas, com objetivo de atender a classes menos favorecidas, ou seja, diminuir a pobreza e combater a miséria.

Os ricos, os mais poderosos economicamente e as classes mais beneficiadas pelo sistema capitalista passam a ser suavemente taxadas ou ficam praticamente imunes de tributação. Devido à dinâmica financeira que domina novo estágio da economia capitalista, o gasto do Estado é redirecionado e deve priorizar o pagamento ao capital financeiro, servindo para controle da dívida pública e para o pagamento de seu encargo aos

credores do Estado. Dessa forma, não se permite que ocorra uma redução significativa a carga tributária.

As prioridades do governo keynesiano, que anteriormente sinalizava agir no sentido de atender à sociedade, são direcionadas para atender a elites e classes mais abastardadas. As prioridades do Governo não mais objetivam atender ao que a sociedade deseja. O Estado atualmente procura manter a dinâmica da acumulação de capital, trabalha para legitimar a sociedade capitalista e procura legitimar suas ações nessa sociedade; intenta incentivar a competitividade e respaldar a competição nesse capitalismo globalizado. Pelo exposto, é fácil encontrar a resposta adequada para questões de qual a lógica de atuação do Estado. O seu principal objetivo é priorizar os interesses do capital financeiro.

No Brasil, que durante as décadas de 1930-1980 havia implementado um projeto nacional de industrialização diversificada para competir no mercado internacional, presenciou-se nos anos de 1980-1990 uma grave crise em decorrência de falhas de implementação e com o esgotamento do modelo. O início dos anos de 1990, e principalmente de 1994 até hoje, mudou de rota e passou a se inserir de maneira passiva e subordinada no capitalismo global. Reformas estruturais liberalizantes, redução da participação do Estado desenvolvimentista e ênfase nas políticas anti-inflacionárias passaram a ser tidas como fundamentais para recuperar a dinâmica de desenvolvimento econômico.

O governo brasileiro, desde então, passou a realizar uma política liberal de ajuste macroeconômico, medidas de reforma do Estado assentadas na liberalização e desregulamentação dos mercados de trabalho e do mercado financeiro, política de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, com mudança na abrangência e na operação das políticas sociais, rumo a políticas focalizadas; e ocorre o abandono de projetos ou política de desenvolvimento regional e nacional.

3 O Atual Modelo Econômico e a Dinâmica da Economia Brasileira

No Brasil, foi na década de 1990 que, apoiado em uma campanha originária do pensamento único, assentado em recomendações do Consenso de Washington, um grupo de profissionais ortodoxos ajudou a disseminar a ideologia da perfeição dos mercados financeiros e propor uma linha de política

econômica liberalizante, como era desejo do sistema financeiro internacional. Nesse sentido, eles pregaram que a abertura comercial e a internacionalização da economia brasileira permitiriam a modernização do parque produtivo e a consequente redução do desemprego no País. Os economistas liberais garantiram que este projeto de esvaziamento do papel do Estado e das políticas de desenvolvimento levaria o Brasil a um crescimento econômico sustentado, com elevação no nível de ocupação e emprego.

Inicialmente, esse projeto de hegemonia dos interesses da finança capitalista penetrou no Brasil durante os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, mas foi na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, de forma acrítica, a sociedade brasileira passou a aceitar, de modo passivo, as políticas econômicas de reforma do Estado e abandono da política do nacional desenvolvimento, para gestar o Estado mínimo e, posteriormente, o Estado Gerencial. Nos anos 1990, o Governo FHC realizou diversas mudanças institucionais necessárias para reinserir a economia brasileira no mercado financeiro internacional - todas elas no ataque contra a Constituição Cidadã, por essas medidas serem elementos que têm efeito direto na avaliação do grau de investimento do Brasil. As reformas estruturais executadas no período compreenderam privatização, reforma administrativa, reforma da previdência social. Realizou-se um processo de reforma do Estado direcionada em favor do mercado, com medidas de privatização, desregulamentação da economia, flexibilização dos direitos trabalhistas e terceirização dos serviços (BRESSER-PEREIRA, 1998), além de, posteriormente, impor um acordo de refinanciamento de dívidas dos estados e municípios.

Em 1994, foi lançado o Plano Real, apoiado na política de câmbio valorizado, combinada com elevadas taxas de juros e rápida abertura comercial. O sucesso desse Plano no processo de estabilização possibilitou ao Governo FHC, trabalhar na construção de uma agenda liberal de desenvolvimento. Nesse modelo, o investimento privado sentiu-se estimulado e confiante para ser realizado, em decorrência de um quadro macroeconômico básico de estabilidade dos fundamentos da economia, como prescreve o consenso do mainstream.

Nessa direção, os governos de Fernando Collor de Mello e de Itamar Franco já haviam realizado as

primeiras mudanças preparando a economia do Brasil para se inserir no circuito internacional de valorização financeira. Em 1992, o diretor da área externa do Banco Central do Brasil (Bacen) promoveu a desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e facilitou a abertura internacional de capital (PAULANI, 2006, 2008).

Em 1994, o governo federal criou o Fundo Social de Emergência (FSE), que, posteriormente, passou a ser chamado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Este fundo foi reformulado e passou a ser denominado, em 2000, de Desvinculação de Recursos da União (DRU). A DRU retira 20% de todos os recursos vinculados e os deixa livre para a União gastar, preferencialmente, mobilizando recursos para remunerar o capital rentista e atender ao superávit primário, como exige o capital financeiro (PAULANI, 2006).

O programa do FSE foi complementado pelo Programa de Ajuste Fiscal (PAF), de 1995, objetivando cumprir metas estabelecidas nos pacotes de estabilização econômica recomendados pelo FMI e Bird. Posteriormente, em 1997, o denominado "FMI do Malan" - como ficou conhecido entre os governadores o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados (LOPREATO, 2002) - implementou políticas de disciplina fiscal, enquadrando os entes subnacionais na linha do equilíbrio fiscal, recomendada pelo novo consenso da ortodoxia.

O Estado brasileiro também atuou em benefício da finança capitalista com medidas de renúncia tributária em favor da renda do capital. Em 1995, a lei n. 9.249, de 26 de dezembro, permitiu a dedução dos juros (criando uma despesa fictícia) sobre o capital próprio nas apurações do imposto sobre a renda de pessoa jurídica (IRPJ) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Outro benefício em favor da Banca financeira se encontra no artigo 10 da referida lei, que isentou de IRPJ a remessa de lucros e dividendos para o exterior. Desde 1996, a distribuição de lucros e dividendos passou a ser isenta da cobrança do imposto de renda (IR).

Nesse contexto, o acordo denominado "FMI do Malan" - política que mudou a orientação dos rumos de negociação das dívidas estaduais e impôs a implantação de rigoroso ajuste fiscal e aceitação das políticas de privatização de patrimônio público em nível estadual e municipal - deu início à privatização dos bancos estaduais, cujos passivos se transformaram em dívidas dos estados.

O Governo FHC usou os programas de apoio financeiro e renegociação dos débitos de estados e municípios para enquadrar os governos subnacionais na lógica determinada pela finança capitalista. Por intermédio da lei n. 9.496, de 11 de setembro de 1997, a União exigiu o pagamento da dívida pública dos estados, cobrando uma elevada taxa de juros nominal dos entes subnacionais (LOPREATO, 2002).

As medidas de sustentação do Plano Real baseadas em altas taxas de juros e câmbio valorizado provocaram rápida deterioração das contas públicas e das contas do balanço de transações correntes. A manutenção política de taxa de câmbio valorizada durante os quatro primeiros anos do governo de FHC provocou crise do setor externo e fuga de capitais; e, diante dessa crise, em 1999, o governo federal, atuou em favor da finança capitalista, absorvendo os prejuízos da Banca diante da crise cambial. A instabilidade cambial levou o governo a vender títulos públicos corrigidos pela taxa de câmbio, livrando os bancos e as empresas de incorrerem em maiores dívidas em moeda estrangeira, socializando esses prejuízos com a população brasileira.

O colapso do Plano Real e a crise cambial de 1998 obrigaram o Brasil a recorrer ao FMI, o qual exigiu do Estado brasileiro um ajuste da política econômica na linha recomendada pela ortodoxia (MENINI, 2003). Uma medida de ajuste fiscal da União, estados e municípios foi viabilizada no Congresso Nacional e provocou o rombo das contas públicas em benefício do pagamento da dívida pública. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que, apesar do nome, permite gastos sem limites em favor da finança capitalista, enquanto limita drasticamente os gastos sociais, passou a obrigar o pagamento dos encargos das dívidas pelos entes federados à União, que não poderiam mais sofrer cortes devido à imposição desta lei, criminalizando o administrador público que não priorize o pagamento da dívida pública.

A LRF passou a limitar os gastos sociais, as despesas com os servidores públicos da União, estados e municípios, destinando a maior parte do orçamento público para o superávit primário, reservando, dessa forma, recursos para o pagamento da dívida (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2009). Assim, a LRF criou contrato estável do Estado brasileiro em todas as suas instâncias (União, estados e municípios) com a finança capitalista. Ao impor o ajuste fiscal para a União, o

Distrito Federal, os estados e os municípios, o governo, garantiam superávits primários ao limitar os gastos da máquina pública e de investimento e obrigava à participação dos entes subnacionais na política em favor da finança capitalista, afetando diretamente a autonomia estadual.

O Estado brasileiro acomodou o aumento de gastos financeiros via elevação da carga tributária e redução da despesa de investimentos - em um processo de perda de capacidade do Estado para garantir a expansão da infraestrutura do País. Em 1995, a carga tributária era de 29,22%, em 2003, atingiu os 35,63%, justamente o percentual dos recursos destinados a gasto público com o setor financeiro. Esse aumento se concentrou em tributos e contribuições sob controle da União (5,53%); muito pouco foi destinado aos estados (0,74%); e quase nada aos municípios (0,14%) (COSTA FILHO, 2014).

O projeto executado pelas elites “tucanas” (PSDB), que obteve relativo sucesso na política de estabilização monetária do Real, é a fonte principal de impedimento do desenvolvimento da economia brasileira, provocou uma desejada e passiva inserção da economia do Brasil na nova ordem global e criou uma armadilha de curto prazo, circular e cumulativa da lógica da finança capitalista, que tem os seus alicerces nas altas taxas de juros, nas metas inflacionárias, no superávit primário, na liberalização da conta de capital e no câmbio flexível.

Esse modelo provocou uma dinâmica em que o Estado foi posto a serviço da rentabilidade desses capitais, de modo que a dívida total, interna e externa do setor público e a dívida mobiliária interna federal apresentaram constante crescimento no período de 1994 a 2002. Em resumo: o governo de FHC implementou as medidas do Consenso de Washington e realizou medias de estabilização macroeconômica, com o objetivo de reduzir a inflação e de controlar as contas do governo; reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e de serviços públicos, a eliminação da maioria dos subsídios, liberalização dos preços e abertura financeira; e sinalizou par questão da prudência fiscal. Essas reformas da economia brasileira objetivaram ainda restringir o acesso político e popular, ao colocar as decisões de política econômica sob o controle da finança capitalista.

Depois da era de FHC, a política econômica do primeiro governo de Lula continuou a política

econômica passiva, que objetivou apenas a conquista da estabilidade monetária para obter superávit primário via redução dos gastos do setor público, com níveis de investimento público medíocre. Por pertencer a um partido supostamente de esquerda, o presidente Lula se viu obrigado a usar, simultaneamente, nessa realidade, três diferentes discursos junto à sociedade brasileira. Na área econômica, manteve a “continuidade virtuosa” que rendeu elogios à gestão de Pedro Malan e Armínio Fraga; para a militância petista, acentuou a existência de uma “herança maldita”; e, devido à contradição entre estes dois discursos (herança maldita e política econômica conservadora), procurou enfatizar um terceiro, que afirmava: “Não vamos olhar para o passado; vamos falar do futuro.” (BENJAMIN, 2003, n.p.).

O Governo Lula adotou uma política econômica mais dura do que a aplicada pelo Governo FHC. A justificativa dessa ação foi decorrente da necessidade de retirar a economia brasileira da crise em que fora metida pela política econômica do governo do PSDB. Demonstrando uma enorme boa vontade para com o mercado financeiro, por conta própria, o Governo Lula elevou o percentual de superávit primário para 4,25% do PIB em 2004, bem acima do exigido pelo FMI (3,88%) no seu primeiro mandato obteve superávit de 3,89%, em 2003, 4,17%, em 2004, 4,35%, em 2005, e 3,86%, em 2006 (OLIVEIRA, 2009).

Seguindo o que recomendava o Grupo Banco Mundial (GBM), o Governo Lula utilizou pessoal de quadros especializados que guardava forte ligação com a elite financeira internacional, como foi o caso da nomeação de Henrique Meireles (ex-presidente de Global Banking do Fleet Boston Financial) para presidir o Bacen e do médico sanitário Antônio Palocci para o cargo de ministro da Fazenda, objetivando estabelecer e garantir um diálogo com a finança capitalista, diminuindo a desconfiança e a incerteza do mercado financeiro.

Em fevereiro de 2005, o Governo Lula, atendendo ao capital financeiro, conseguiu aprovar a nova Lei de Falências. Esse ponto fazia parte da carta de intenções assinada por Antônio Palocci e Henrique Meireles com o FMI, em fevereiro de 2003. A nova Lei de Falências (lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005) defende os direitos dos credores, atendendo à lógica de submissão dos imperativos da acumulação financeira. A política de prorrogação e aumento da DRU, a manutenção da LRF e a extensão dessa medida para os níveis estadual e

municipal continuaram dominantes na administração de Lula, revelando a essência da política em defesa e em favor da finança capitalista. Não foi sem razão que no Governo Lula o Brasil passou a figurar na classificação de investment grade. Não foi sem razão também que, em 2010, o presidente Lula recebeu a inédita premiação de estadista global, em Davos.

No período do Governo Lula, o governo brasileiro continuou a sua política de adesão ao processo de transformação do Brasil em plataforma de valorização financeira internacional. Ainda no seu governo foi editada a medida provisória n. 281, em 15 de fevereiro de 2006, reduzindo a zero as alíquotas de IR para investidores estrangeiros, compreendendo “cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam no mínimo noventa e oito por cento de títulos públicos” (BRASIL, 2006, Art. 1º, § 1º, inciso II).

O governo de Lula realizou um processo de substituição da dívida externa por dívida interna, com o processo de acumulação de reservas sendo altamente rentável para os rentistas, que, além de lucrarem com a valorização da taxa de câmbio, são remunerados às mais elevadas taxa de juros no mundo. Assim, essa dominância da finança capitalista sobre a política econômica do Governo Lula representa a essência do continuísmo da política iniciada desde 1999 (CARVALHO, 2004).

A obtenção de superávit primário para o pagamento de juros da dívida pública obrigou à elevação da carga tributária para 34% do PIB (FHC), sofrendo nova subida e atingindo os 36% de tributação (governos de Lula e Dilma Rousseff); entretanto, a gestão de Lula, na questão da seguridade social, manteve a medida de eliminação das aposentadorias por tempo de serviço (o fator previdenciário), criou a cobrança sobre o valor da renda dos aposentados e realizou a reforma na previdência dos servidores públicos.

Em 2007, o governo lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que apareceu como medida de retomada da tradição dos planos econômicos e como ação do Estado, com medidas que objetivavam favorecer o investimento e gerar emprego. Acontece que, mesmo após o início da crise global, o governo brasileiro demorou não somente a adotar as medidas para combater seus efeitos, como também somente aceitou as políticas heterodoxas, sob pressão de conjunto da sociedade e devido à mudança de postura dos responsáveis

pelas decisões econômicas nos países desenvolvidos e nos próprios organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial (KLIASS, 2011).

O Governo Lula não implementou um modelo econômico que rompesse com o modelo do governo de FHC, um modelo novo de política pública que promovesse a inclusão social; usou uma política de transição procurando erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e reverter os vetores de exclusão e a miséria social conforme recomendavam as reformas de segunda geração do GBM. Desse modo, o Governo Lula não construiu nem utilizou um modelo que propiciasse ao País o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais. Essa linha foi propagandeada como se o governo do PT tivesse criado um círculo virtuoso de crescimento baseado no aumento de emprego e de salários, de elevação da produtividade e dinamismo baseado na expansão do mercado interno (OLIVA, 2010).

Acontece que o Governo Lula continuou com a filosofia dos programas sociais de FHC, incorrendo no erro grave de desconsiderar os conflitos e disputas entre as classes sociais, desconsiderou os rendimentos do capital, e ficou restrito ao âmbito das classes trabalhadoras e de seus rendimentos (mais pobres, não pobres e privilegiados) com uma lógica perversa das políticas sociais focalizadas e flexíveis, coerente com as recomendações das reformas do Estado de segunda geração dos documentos e relatórios do Banco Mundial, que seleciona indivíduos e famílias, por meio de critérios técnicos para ingressar nesses programas (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

No que diz respeito à política monetária do Bacen, essa continuou a atender ao regime de metas de inflação, com elevadas taxas de juros - as mais elevadas no mundo. Essa alta taxa serve não apenas para conter a demanda agregada e reduzir a taxa de crescimento econômico, mas também (a) eleva em demasia o déficit público, devido aos pagamentos dos serviços dessa dívida, e (b) aumenta o diferencial entre taxa de juros doméstica e taxa de juro internacional, que provoca permanente valorização do Real em relação ao Dólar, estimulando uma elevada entrada de divisas, que estimula maior entrada de recursos para aplicação de ativos financeiros no Brasil, reforçando novamente a valorização da moeda doméstica frente às moedas internacionais e levando à necessidade de emissão de títulos públicos, os

quais provocam novamente um crescimento na dívida interna pública. (CARCANHOLO, 2011).

Esta política causou fortes impactos no setor produtivo da economia nacional em virtude de provocar perda de competitividade das exportações brasileiras em decorrência da sobrevalorização cambial. Outra consequência nefasta diz respeito ao aumento da exposição cambial, pois a manutenção do dólar barato e, devido à diferença entre taxa de juros doméstica e taxa internacional, estimula o endividamento externo e provoca a ampliação do endividamento do setor público, devido à política de esterilização pelo acúmulo de reservas.

O impressionante esforço fiscal decorrente dessa política de pagamentos de juros determinada pelo Bacen levou à transferência de recursos para os credores da dívida pública, ou seja, para a camada mais rica da população, de, em média, 6,7% do PIB no período 2002-2009, mostrando um comportamento inadequado e uma estrutura de despesas excessiva do setor público, principalmente devido ao excessivo custo fiscal para pagar juro pelo Governo Lula (FONSECA, 2011).

O modelo do PT manteve o tripé da política econômica de lógica rentista que dominou a economia brasileira nos últimos governos, sempre em detrimento dos gastos sociais e dos investimentos públicos. O PIB ficou preso a um processo que impede o desenvolvimento econômico e que cria apenas a política econômica stop and go. Como o Governo Lula continuou implementando a política macroeconômica liberal, ocorreu o que afirmou Ricardo Antunes (2007, n.p.): "Nunca antes na história desse país um governo de esquerda fora tão generoso com os lucros dos bancos e dos grandes capitais, tão camaradas com os usineiros e por demais cordial com o agronegócio."

O perfil dos gastos públicos brasileiros revela a lógica de atuação do setor público na administração de Lula. No período de janeiro de 2003 até dezembro de 2010, o Governo Lula arrecadou o total de 27,82% do PIB; por outro lado, gastou 32,01%. Com as rubricas (a) Serviço da Dívida, gastou-se a quantia de R\$ 1.665,2 bilhões (8,12% do PIB); (b) Transferências Constitucionais e Voluntárias para Estados e Municípios, R\$ 1.104,5 bilhões (5,39% do PIB); (c) com Previdência-INSS o gasto totalizou R\$ 1.377,7 bilhão, com 23,9 milhões de beneficiários (6,72% do PIB); e (c) o Custo Total com Pessoal da União, que compreende servidores civis e militares, ativos, aposentados e pensionistas, foi de R\$ 999,3 bilhões, com 2.208.596 beneficiários

(4,87% do PIB), totalizando R\$ 5.146,7 bilhões (25,11% do PIB); (d) comprometeram-se 90,23% das Receitas Totais (correntes e de capitais) no período, no valor de R\$ 5.704,0 bilhões (27,82% do PIB). As rubricas Saúde (1,81%); Defesa (1,58%); Educação (1,42%); e as demais atividades da União (2,10%) revelaram um déficit nominal fiscal de 4,19% do PIB (BERGAMINI, 2010).

O modelo econômico brasileiro apresenta como grupos vitoriosos, em primeiro lugar, o mercado financeiro, seguido pelos grandes grupos monopolistas que estão se internalizando e, em terceiro lugar, pelos grandes fornecedores de serviços ao Estado (empreiteiras, estaleiros, a cadeia que ganhará com o pré-sal). Até o secretário nacional de economia solidária do próprio PT, Paul Singer (apud GOMES, 2011), afirmou que a estratégia dos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff é a formação de uma aliança com o sistema financeiro e o latifúndio, adversários da classe trabalhadora, de modo a que o governo do PT possa governar com tranquilidade.

Pode-se ainda inferir que o modelo do PT apresenta a perspectiva de que não existe este modelo virtuoso de crescimento econômico com redistribuição de renda (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007); que os êxitos na área social ocorreram não devido à política do governo, mas, na sua maioria, devido às políticas de Estado, em virtude da transferência de renda fruto da Constituição de 1988 (FAGNANI, 2011); que a economia brasileira não dispõe de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para resolver seus dilemas de competitividade e a questão da desigualdade social (BARBOSA, A., 2011).

O período de Lula seguiu a cartilha Pós-Consenso de Washington que recomendava realizar políticas sociais e compensatórias focalizadas; procurando obter metas de redução da pobreza. O Estado continuou atuando como parceiro, facilitador e catalizador da lógica em favor da finança capitalista; entretanto e, acima de tudo, ao utilizar as políticas sociais, esse Estado pareceu atuar em favor da população, do Estado do povo (PT). A elevação do gasto e da participação social por meio de políticas públicas focalizadas tem o objetivo legitimar junto à sociedade o governo do capital financeiro. Em síntese: o fracasso das medidas do Consenso de Washington de FHC obrigou a adoção do Pós-Consenso de Washington na gestão de Lula, empregando mediadas de política econômica que procuraram domesticar, cooptar, despolitizar e

neutralizar as lutas sociais da sociedade, via atendimento focalizado a demandas sociais e de combate à miséria, em favor dos totalmente excluídos. Veja o exemplo da política de reforma agrária, que, apesar do impressionante retrocesso dos últimos 12 anos, não encontra mais uma ação beligerante do Movimento dos Sem Terra (MST). A linha de atendimento focalizado a demandas sociais, a política de combate à miséria, as medidas parciais e focalizadas em favor dos totalmente excluídos ganharam apoio das massas de excluídos e respaldaram nas urnas a continuidade desse modelo.

Obtém-se resposta a respeito da lógica de funcionamento do modelo da economia brasileira: o objetivo desse projeto foi implementar na sociedade brasileira regras e instituições para diminuir os riscos e as incertezas dos agentes econômicos que participaram do processo de financeirização da economia; projeto esse que teve continuidade no governo Dilma I.

4 O Governo Dilma Rousseff e as Recentes Medidas de Política Econômica

Logo no início de primeiro Governo Dilma, a equipe econômica aprofundou a política econômica ortodoxa, com o Bacen elevando a taxa de juros e utilizando medidas macroprudenciais que forçaram a economia brasileira a pouso forçado na atividade produtiva. Esses erros, aliado aos efeitos desfavoráveis da crise global iniciada em 2007/2008, levaram a atividade econômica brasileira a permanecer em um ritmo bastante reduzido durante todo o período 2011 a 2014.

Embora a política ortodoxa liberal de metas de inflação (via juros elevados), câmbio flutuante (câmbio muito apreciado, na linha de populismos e da irresponsabilidade cambial, pois não apresentava preocupação com o déficit na conta de transações correntes) e superávit primário (em benefício do capital financeiro e, não do produtivo) tenham, posteriormente, direcionado para a linha de pragmatismo, não perdeu prioridade. Acrescente-se que a política de metas de inflação não serve para combater a inflação, pois esta é controlada por meio do câmbio apreciadíssimo e pela política de crescimento com poupança externa e âncora cambial, que somente estimula o rentíssimo e favorece ao sistema financeiro.

O sistema financeiro continuou a comandar a dinâmica da economia brasileira. A finança logo aprendeu a drenar o aumento da capacidade de

compra da população de baixa renda da economia, de modo a endividá-la a juros maiores que os praticados por agiotas em nível internacional, esterilizando, em grande parte, o processo redistributivo das políticas do PT. No que diz respeito às empresas nacionais, a taxa Selic bastante elevada desestimula o investimento, fragiliza a capacidade de reinvestimento das empresas, exacerba o processo de especulação e transforma o empreendedor nacional em rentista. Por fim, a política de superávit primário desvia e transfere para o setor financeiro mais de R\$ 220 bilhões dos tributos do governo, reduzindo a capacidade do setor público de realizar os investimentos em infraestrutura, e impossibilita atender adequadamente às políticas sociais (DOWBOR, 2015).

No governo Dilma I, a estratégia de crescimento da economia integrada aos mercados financeiros continuou vigente. Aconteceu uma elevada entrada de recursos em investimento direto, que, entretanto, seguiu a linha do carry-trade. Com essa prática, as empresas tomaram emprestado em dólares à taxa de juros real negativa e/ou trazendo recursos próprios como sendo para investimento direto; e desviando o dinheiro para o mercado financeiro e comprando títulos públicos que remuneram a taxas muito elevadas, ganhando ainda com a desvalorização do real e obtendo a garantia dos swaps cambiais, que representam um seguro fornecido pelo Bacen para as instituições financeiras e as empresas contra a desvalorização do Real.

As perdas do Bacen com as intervenções no mercado de câmbio com a política de swaps cambiais, decorrentes da alta do dólar, representaram aproximadamente 60% do aumento das despesas públicas. Em fevereiro de 2015, o Bacen, ao garantir o valor do dólar para a saída de recurso para os investidores internacionais, fez o Brasil gastar uma fortuna em juros, elevou a dependência de capitais voláteis, caríssimo, de curto prazo e de risco elevadíssimo, como financiador do déficit da balança de transações correntes.

O gasto com juros entre 2009 e 2015 se situou na faixa dos 5,2% do PIB, subindo para 6,1% no final de 2014. Em fevereiro de 2015, pulou para 6,7%. Nesse mesmo mês de fevereiro do corrente ano, o setor público gastou mais de R\$ 56 bilhões com juros, conta os R\$ R\$ 18 bilhões em janeiro. Desse total, a União foi responsável pelo gasto de quase R\$ 48 bilhões. Somente no primeiro bimestre

de 2015 a fatura de pagamento de juros atingiu o montante de R\$ 74 bilhões, ou seja, 8,69% do PIB. A dívida bruta do governo chegou aos impressionantes R\$ 3.386 trilhões (65,5% do PIB), mesmo diante de todo o grande esforço do setor público que tem obtido superávit primário desde 2010 a 2013 (FROUFE; WARTH, 2015).

Durante os quatro anos de governo, Dilma Rousseff jamais propôs um projeto de desenvolvimento nacional; não propôs qualquer plano contra o financismo e nem uma política de redução da carga financeira no orçamento público; e muito menos na economia em geral (KLIASS, 2013). No seu governo, a equipe econômica continuou com os pilares da política econômica liberal, o tripé: câmbio muito valorizado, metas do superávit primário, política de metas de inflação. O processo de desindustrialização seguiu se elevando e a economia brasileira caminha para ser novamente primário-exportadora; e prosseguiu o processo acelerado e profundo de desnacionalização da economia, com os grandes conglomerados estrangeiros adquirindo setores de educação, saúde, indústria de consumo, agronegócio, comércio, com os empresários brasileiros virando rentistas.

A administração do primeiro Governo Dilma deu continuidade à política neoliberal social e, diante das manifestações e insatisfação populares no período da Copa das Confederações, encaminhou propostas de reforma tentando responder à população e acalmar a sociedade. Nesse sentido, propôs reforma política, criminalização da corrupção, recursos para saúde, melhoria no sistema de transporte e verba para educação. Acontece que, nessa proposta, o primeiro pacto, colocado pela presidenta representa a defesa do capital financeiro. Em suas palavras:

O primeiro pacto é pela responsabilidade fiscal, para garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação. Este é um pacto perene de todos nos. Essa é uma dimensão especialmente importante no momento atual, quando a prolongada crise econômica mundial castiga com volatilidade todas as nações (KILASS, 2013, n.p.).

Posteriormente, devido à gravidade da situação e diante do receio da perda de apoio da finança internacional, a presidenta Dilma teve que ir pessoalmente a Davos, perante o reinado da comunidade do capital, para reafirmar que o Brasil se sujeitava às regras impostas pelos países hegemônicos e à doutrina liberal. Em Davos, voltou

a garantir que: “O controle da inflação e o equilíbrio das contas públicas são essenciais”, afirmou Dilma durante o discurso de cerca de meia hora.

Acrestentando então, que: “A estabilidade da moeda é um valor central do nosso país e não transigimos com a inflação”, disse.” (WASSERMAN, 2014).

O principal objetivo da economia brasileira é a responsabilidade fiscal, garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação. Nesse sentido, o Estado Neoliberal Social brasileiro continuará a cumprir e trabalhar para sua fazer o capitalismo financeiro triunfar. No Brasil, a atuação do Estado nos governos de Lula e Dilma difundiu a retórica do mito do crescimento econômico, aplicando um projeto conciliador na linha do neoliberalismo com justiça social. Retórica essa que insiste em pintar um quadro de progresso social, apresentado como um marco de desenvolvimento econômico.

Os governos do PT, nesses últimos 12 anos, não representaram uma ruptura nem, muito menos, criou um modelo de desenvolvimento econômico progressista; sua linha de política econômica enquadra-se nas recomendações do Pós-Consenso de Washington, mais especificamente aplicando políticas sociais compensatórias e focalizadas, procurando trabalhar para obter metas de redução da pobreza e miséria e, finalmente, modernizar o Estado, para o capital.

Durante as últimas eleições, a sociedade brasileira se viu diante de três propostas de neoliberalismo: o neoliberalismo extremado e entreguista do PSDB (Aécio Neves), o neoliberalismo verde (Marina Silva) e o neoliberalismo social (Dilma Rousseff). A vitória apertada de Dilma revelou o acerto das recomendações do GBM (o apoio das massas de menor poder aquisitivo ao governo), mas também não escondeu os seus graves defeitos (deslegitimar a ação do Estado, por colocar a sua estrutura a serviço do capital financeiro e devido ao modelo penalizar a classe média), que criou um descontentamento generalizado pelas medidas de política econômica do Governo Dilma II.

Nesse contexto de país dividido, a imprensa apresenta as ressentidas medidas de política econômica do Governo Dilma II como um verdadeiro estelionato eleitoral. A presidenta Dilma Rousseff mentiu durante a campanha; mentiu ao não reconhecer que suas políticas econômicas levaram a uma grave crise na economia, além de estar aplicando justamente as medidas de política que recomendava o principal candidato perdedor.

Querem, acima de tudo, ligá-la à crise da Petrobras, que afirmam ser o maior escândalo de corrupção da história deste país (ARAÚJO, 2015).

Acrescente-se que, em um país com passado escravocrata e com uma elite retrógrada e conservadora, até a política social em favor da miséria é duramente combatida. Diante do ataque do aparato midiático conservador, do ódio político da burguesia ao PT, além do espírito golpista dos ricos brasileiros (que são realmente quem detêm o poder), a perda de credibilidade do governo forçou Dilma Rousseff a nomear Joaquim Levy (alto funcionário da finança brasileira) para o cargo de ministro da Fazenda (LUCENA, 2015).

Apesar da ênfase no tema inflação, o problema é o déficit em conta corrente que, em médio prazo, não é financiável. Recuperar a credibilidade externa é essencial para continuidade do financiamento do déficit do balanço da conta corrente. As medidas de política econômica seguem a mesma linha do Governo Lula, objetivando manter o projeto do PT de permanecer no poder. Todo o alarde conservador não permite perceber que a estratégia de ajuste fiscal provoca recessão e cria a capacidade ociosa que será aproveitada no ano de 2017 e, principalmente, em 2018, para turbinar o retorno de Luís Inácio Lula da Silva.

O ajuste fiscal não resolve os problemas do País. A política monetária (as diversas elevações de juros pelo Bacen) e a política fiscal (cortes fiscais e elevação de tributos) implicam em recessão, em ajuste de preços relativos da economia, com o ônus recaindo nos empregos e salários. No início do Governo Dilma II, a solução procurou fazer o “dever de casa” para reestimular a volta da confiança do investidor e, desse modo, levar a economia do País a retomar o caminho do crescimento econômico. Uma medida de política econômica baseada em cortes pesados no orçamento e em ajustes de preços administrados que serão repassados aos preços (tarifas de combustível e luz) irão pressionar a inflação e também empurrar uma economia com nível de atividade econômica baixa e cambaleante para um período de recessão, levando a uma crise, trazendo de volta o desemprego e agravando as perturbações sociais (NASSIF, 2015).

As medidas de Levy retiram direitos e prejudicam os sem emprego, os que vão perder emprego, os doentes, as viúvas e, toda setor que depende do gasto público; têm foco na redução da despesa pública para obter o equilíbrio orçamentário; agradam ao mercado e às agências de avaliação de

risco; e provocam crise e recessão desnecessárias, na linha de confirmação da “profecia autorrealizável”, antecipada pelos que eram críticos do governo. Havia outras saídas. A opção do futuro é construída e, em uma democracia, é construída politicamente.

Diante de uma nação que saiu dividida nas últimas eleições e perante uma sociedade dominada por políticos medíocres e sem expressão, a Direita, ultraconservadora e raivosa, somente ataca; pregou e conseguiu a implementação extrema do modelo liberal que, além de derrotado mais uma vez nas urnas, foi, vergonhosamente, sepultado no mundo desenvolvido devido à crise iniciada em 2007/2008. Do outro lado, tem-se uma Esquerda sem projeto e que não sabe o que fazer. Resultado: presença um enorme vazio político na sociedade brasileira com seu neoliberalismo social; sem outro projeto, assiste ao País caminhar para mais quatro anos perdidos em termos de desenvolvimento econômico.

Não é sem razão que a economia brasileira está semiestagnada. Desde 1980, o crescimento per capita brasileiro é inferior a 1%. No Governo Dilma, o crescimento foi medíocre e, em 2014, não apresentou crescimento. Em 2015, haverá recessão. O desempenho do Governo Dilma é semelhante ao do Governo FHC; o de Lula apresentou desempenho um pouco melhor devido ao boom das commodities (BRESSER-PEREIRA, 2015).

5 Conclusão

O Estado capitalista continua cumprir a sua sina de fazer o capitalismo triunfar também nesse período de domínio do capital financeiro. As Ideias antiestado, velhas em sua forma, disseminaram uma falsa oposição, a chamada teoria do pêndulo: Mercado X Estado. Acontece que só os ingênuos podem acreditar que o capitalismo vive sem Estado. O Estado faz parte de sua constituição orgânica; nasceu com o capitalismo, viabilizou a gênese e o desenvolvimento do capitalismo, cresceu e se expandiu em favor da economia de mercado. O capitalismo só triunfa quando ele se identifica com o Estado, quando ele é o Estado (BRAUDEL apud ARRIGHI, 1996).

O neoliberalismo não foi feito para promover a eliminação da miséria e da pobreza. No Brasil, a implementação do neoliberalismo social levou à redução da miséria e da pobreza de forma modesta. A sociedade brasileira ainda continua entre países com maior desigualdade no mundo. Mesmo com a

melhoria do IDH-M, o Brasil continua a ocupar uma posição de destaque no quesito desigualdade social e econômica no mundo contemporâneo.

O modelo da economia brasileira, ao utilizar políticas que têm diminuído a capacidade de intervenção do Estado, enfraquece a capacidade do Estado de realizar políticas públicas universais e abala a efetivação dos direitos sociais, pois o orçamento público está comprometido com o superávit primário e, por consequência, com o pagamento do serviço da dívida. Essa política econômica está inserida no conjunto das políticas neoliberais sociais em voga no País, comprometendo o crescimento e o desenvolvimento econômico em prol do favorecimento do capital financeiro. Apesar de toda a retórica de atendimento às demandas da sociedade, as prioridades do governo não são as que a sociedade necessita e deseja. Não é sem razão que não apenas as ações do governo perdem legitimidade, mas, acima de tudo, os políticos são alvo predileto de críticas da população.

As recentes medidas de política econômica do início do Governo Dilma II não representam uma mudança de rumo do modelo; diferente do querer fazer crer a ortodoxia e a mídia, dá continuidade à linha do Estado dominado pelo princípio da competitividade, do modelo de inserção passiva do Brasil no capitalismo global, de adesão ao Pós-Consenso de Washington e de servidão ao mercado; mercado este, o financeiro.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Nunca mais. 27 out. 2007. Disponível em: <<http://23pps.blogspot.com.br/2007/10/artigo-de-ricardo-antunes-na-folha.html>>. Acesso em: 28 out. 2012.
- ARAÚJO, B. Presidente, o Brasil merece desculpas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/214495-presidente-o-brasil-mercede-desculpas.shtml>>. Acesso em: 01 abr. 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. 5. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. A crise e os trabalhadores. abr. 2009. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Panfleto-Crise-abril-2009.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- BARBOSA, A. F. Debate econômico no País e seus fantasmas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10. jan. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/inde10012011.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2011.
- BENJAMIN, C. A verdadeira herança maldita. 04 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2003/12/12/benjamin.html>>. Acesso em: 04 mar. 2005.
- BERGAMINI, R. Perfil do gasto público da União. 30 out. 2010. Disponível em: <<http://dornas2525.blogspot.com/2010/10/perfil-dos-gastos-publicos-da-uniao.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- BRASIL. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Diário Oficial

- da União, Brasília, 09 fev. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11101.htm>. Acesso em: 03 fev. 2013.
- BRASIL. Medida provisória n. 281, de 15 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 fev. 2006.
- BRESSER-PERREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90. Lua Nova, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998.
- BRESSER-PERREIRA, L. C. Além do ajuste, um acordo político. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/214254-alem-do-ajuste-um-acordo-politico.shtml>>. Acesso em: 01 abr. 2015.
- CARCANHOLO, M. D. Política econômica e taxa de câmbio no (novo) governo. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, n. 259, p. 3-4, fev. 2011.
- CARVALHO, C. E. Governo Lula, o triunfo do neoliberalismo. Carta Maior, 26 abr. 2004. [online]. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1574>. Acesso em: 01 maio 2005.
- COSTA FILHO, S. Lei de Responsabilidade Fiscal: a institucionalização do Estado brasileiro em defesa do capital financeiro. 2014. 322 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2014.
- DOWBOR, L. Ladislau dowbor: "O sistema financeiro trava a economia do país". Disponível em: <<http://dowbor.org/2015/02/ladislau-dowbor-o-sistema-financeiro-atual-trava-o-desenvolvimento-economico-do-pais-setembro-2014-11p.html/>>. Acesso em: 03 mar 2015.
- FAGNANI, E. O PT e a Constituição de 1988. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 fev. 2011. Disponível em: <<http://sergyovitro.blogspot.com/2011/02/o-pt-e-constituicao-de-1988-eduardo.html>>. Acesso em: 02 mar. 2011.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A economia política do Governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FONSECA, M. A. R. Política fiscal no Brasil. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, n. 259, p. 7-8, fev. 2011.
- FROUFE, C; WARTH, A. Setor Público gastou R\$ 56,33 bilhões com juros em fevereiro. Exame.com, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/setor-publico-gastou-r-56-33-bilhoes-com-juros-em-fevereiro>>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- GOMES, Marcel. Aliança com sistema financeiro e latifúndio dá a PT tranquilidade para governar, diz Paul Singer. Carta Maior, 14 out. 2011. [online]. Disponível em: <http://WWW.cartamaior.com.br/templates/materialMostra.cfm?material_id=18697>. Acesso em: 14 out. 2011.
- KLIASS, Paulo. Anatomia de uma chantagem. 09 maio 2011b. [online]. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/16957-anatomia-de-uma-chantagem>>. Acesso em: 09 maio 2011
- KLIASS, P. O pacto de Dilma começa por mais austeridade fiscal? Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm_contenido_id=28758>. Acesso em: 28 jul. 2013,
- LOPREATO, F. L. C. O colapso das finanças estaduais e a crise da federação. São Paulo: Unesp, 2002.
- LUCENA, Eleonora de. 'Ricos nutrem ódio ao PT e a Dilma', afirma ex-ministro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596370-ricos-nutrem-odio-ao-pt-diz-ex-ministro.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- MENINI, E. A. A Lei de Responsabilidade Fiscal. 2003. 199 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.
- NASSIF, L.. Os paradoxos do ajuste fiscal de Joaquim Levy. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/os-paradoxos-do-ajuste-fiscal-de-joaquim-levy>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- OLIVA, A. M. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil. 2010. 537 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- OLIVEIRA, F. A. Economia e política das finanças públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec. 2009.
- PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 67-107.
- PAULANI, L. M. Brasil delivery. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PIRES, Valdemir. Estado, mercado e tributação. São Paulo: Unimep. 1996.
- WASSERMAN, R. Em Davos, Dilma faz discurso sob medida, mas plateia espera ações concretas. BBC Brasil, 24 jan. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140124_dilma_discurso_davos_rw>. Acesso em: 25 jan. 2014.

*** Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), economista, Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).**